

Notas Explicativas do Balanço Patrimonial

Nota 1 – Contexto Operacional: o Município de Nova Ramada – RS, entidade jurídica de direito público, é compreendido, na Administração Direta, pelos órgãos sem personalidade jurídica do Poder Executivo, composto por 07 Secretarias Municipais, 07 Fundos Especiais e o Poder Legislativo.

Nota 2 – Apresentação das Demonstrações Contábeis: o Balanço Patrimonial e demais demonstrações contábeis foram elaboradas em observância com os dispositivos legais que regulam o assunto, em especial a Lei nº 4.320/64, a Lei Complementar nº 101/2000, os Princípios de Contabilidade, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e demais disposições normativas vigentes.

Nota 3 – Caixa e Equivalentes de Caixa: compreende o somatório dos valores em caixa e em bancos, bem como equivalentes, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato. Em 2015, o Caixa e Equivalentes de Caixa totalizaram R\$ 5.036.285,82. Na comparação com o exercício anterior verifica-se um acréscimo de aproximadamente 5,38%.

Nota 4 – Créditos a Receber a Curto Prazo e a Longo Prazo: os valores apresentados nestas rubricas compreendem os saldos líquidos a receber, ou seja, já deduzidos os ajustes para perdas, por serviços, créditos tributários, dívida ativa, transferências voluntárias da União e demais créditos. Valores realizáveis em até 12 meses foram classificados no curto prazo, e representam 23,25% do total de créditos. O restante, correspondente a 18,87% do total, representa os valores realizáveis após 12 meses da publicação das demonstrações contábeis, foi classificado no longo prazo. Especificamente em relação à **dívida ativa**, os valores a curto prazo, foram estimados pela média anual de recebimentos efetivos dos últimos três exercícios e o longo prazo abriga o restante do estoque de créditos inscritos em dívida ativa. Já o **ajuste a valor recuperável dos créditos inscritos na dívida ativa**, foi efetuado considerando a média ponderada dos recebimentos de cada tributo/crédito em relação aos respectivos montantes inscritos nos três últimos exercícios, obtendo-se, assim, percentual médio de recebimentos. A partir desse dado, foi possível estimar os valores das perdas esperadas referentes à dívida ativa, que foram registradas por meio de contas **redutores do ativo**. O quadro a seguir detalha a composição dos saldos existentes em 31/12/2015.

Créditos de Curto Prazo	Saldo	Créditos de Longo Prazo	Saldo
1.1.2.1.0.00 - CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A RECEBER	331,94	1.2.1.1.1.01 - CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A RECEBER	
1.1.2.3.0.00 – CRÉDITOS DE TRANSFERÊNCIAS A RECEBER	366.675,00	1.2.1.1.1.03 - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS	
1.1.2.4.0.00 - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS		1.2.1.1.1.04 - DIVIDA ATIVA TRIBUTARIA	50.679,73
1.1.2.5.0.00 - DIVIDA ATIVA TRIBUTARIA	6.200,00	1.2.1.1.1.05 - DIVIDA ATIVA NÃO TRIBUTARIA	710.954,68
1.1.2.6.0.00 - DIVIDA ATIVA NÃO TRIBUTARIA	55.350,00	1.2.1.1.1.99 - (-) AJUSTE DE PERDAS DE CRÉDITOS A LONGO PRAZO	681.839,22
1.1.2.9.0.00 - (-) AJUSTE DE PERDAS DE CRÉDITOS A CURTO PRAZO		1.2.1.2.0.00 - DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A LONGO PRAZO	39.167,01
1.1.3.8.0.00 - OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO	83.022,84		
Total dos Créditos a Receber de Curto Prazo	511.579,78	Total dos Créditos a Receber de Longo Prazo	118.962,20

Nota 5 – Estoques: compreende o valor dos bens adquiridos, produzidos ou em processo de elaboração, com o objetivo de venda ou utilização própria no curso normal das atividades. Em 2015, o Estoque apresentou um saldo final de R\$ 433.402,31, sofrendo um acréscimo de 1,37% em relação ao ano de 2014.

Nota 6 – VPD Pagas Antecipadamente: os saldos apresentados são relativos aos pagamentos de variações patrimoniais diminutivas (VPD) antecipadas, cujos benefícios ou prestação de serviço à entidade ocorrerão no curto prazo. Em 2015 essa rubrica apresentou um saldo de R\$ 18.927,77. Em relação ao exercício anterior, apresentou uma variação negativa de 7,1%.

Nota 7 – Imobilizado – Bens Móveis: os saldos apresentados correspondem aos valores constantes no inventário geral realizado em 2015. Em 2015 os Bens Móveis totalizaram o valor de R\$ 10.744.418,40, representando 70,38% do total do Ativo Imobilizado. No confronto com o exercício anterior verifica-se um acréscimo de 6,28%. A tabela a seguir demonstra a composição dos bens móveis:

Título / Subtítulo	Saldo
1.2.3.1.1.01 - MAQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	5.365.680,05
1.2.3.1.1.02 - BENS DE INFORMATICA	489.915,74
1.2.3.1.1.03 - MOVEIS E UTENSILIOS	445.739,91
1.2.3.1.1.04 - MATERIAIS CULTURAIS, EDUCACIONAIS E DE COMUNICACAO	190.005,41
1.2.3.1.1.05 – VEICULOS	4.253.077,29
Total de Bens Móveis	10.744.418,40

Nota 8 – Imobilizado – Bens Imóveis: os saldos apresentados compreendem os bens vinculados ao solo e que não podem ser retirados sem destruição ou dano, destinados ao uso. Visando espelhar a realidade patrimonial para elaboração do Balanço, em observância às normas vigentes, realizou-se o inventário dos bens imóveis em 2015. Em síntese, os bens imóveis contribuíram com 29,62% para a formação do Ativo Imobilizado. Em comparação ao exercício anterior verifica-se um acréscimo de 17,55%.

Título / Subtítulo	Saldo
1.2.3.2.1.01 - BENS DE USO ESPECIAL	3.695.177,06
1.2.3.2.1.04 - BENS DOMINICAIS	237.600,00
1.2.3.2.1.05 - BENS DE USO COMUM DO POVO	229.795,63
1.2.3.2.1.06 - BENS IMOVEIS EM ANDAMENTO	167.537,84

1.2.3.2.1.07 – INSTALAÇÕES	95.592,64
1.2.3.2.1.08 – BENFEITÓRIAS EM PROPRIEDADE DE TERCEIROS	96.575,01
Total de Bens Imóveis	4.522.278,18

Nota 9 - Obrigações Trabalhistas a Pagar a Curto Prazo: compreende o saldo das obrigações reconhecidas pelo regime de competência referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais o empregado ou servidor tenha direito. Abaixo apresentou-se a provisão de férias, 1/3 de férias e encargos a pagar no curto prazo. Foram classificados os valores exigíveis em até 12 meses da data das demonstrações contábeis. 2.1.1.1.0.00 - PESSOAL A PAGAR – R\$ 644.253,77. O quadro a seguir demonstra os valores registrados a curto, não há valores no longo prazo:

Obrigações Trabalhistas a Pagar a Curto Prazo	Saldo	Obrigações Trabalhistas a Pagar a Longo Prazo	Saldo
2.1.1.1.0.00 - PESSOAL A PAGAR	644.253,77	2.2.1.1.0.00 - PESSOAL A PAGAR	
Total a Curto Prazo	644.253,77	Total a Longo Prazo	

Nota 10 – Fornecedores a Pagar a Curto Prazo: os valores registrados nesses títulos são decorrentes de obrigações junto a fornecedores de materiais utilizados nas atividades operacionais dos órgãos e entidades da administração direta. Compreende obrigações decorrentes do fornecimento de utilidades e da prestação de serviços inscritos em restos a pagar processados. Os saldos apresentados compreendem os valores empenhados e liquidados. Em síntese, verifica-se que os valores registrados a curto prazo totalizaram R\$ 52.455,31, representando uma diminuição de 303,71% em relação ao ano anterior.

Nota 11 – Obrigações Fiscais a Curto Prazo: compreende o saldo das obrigações dos órgãos e entidades da Administração Municipal, relativas a impostos, taxas e contribuições devidas à União, ao Estado e a Municípios. Os valores registrados no curto prazo totalizaram R\$ 7.104,52, com aumento de 26,48% em relação ao ano anterior.

Nota 12 – Dívida Flutuante: conforme o art. 92 da Lei Federal nº 4.320/64, os componentes da dívida fluante são aqueles compromissos contraídos por período limitado de tempo (curto prazo), quer na sua condição de valores de terceiros, quer para atender às necessidades de caixa momentâneas, realizadas independentemente de autorização orçamentária, bem como os valores dos restos a pagar. A Dívida Flutuante de 2014 totalizou em R\$ 652.206,94, correspondendo, na ótica da Lei Federal nº 4.320/64 ao Passivo Financeiro. Na tabela a seguir, poder-se verificar que a Dívida Flutuante de 2015 apresentou um acréscimo de R\$ 381.477,21, variando negativamente 58,49% em relação ao ano anterior. Especificamente em relação aos Restos a Pagar, que compreendem as despesas orçamentárias, empenhadas e não pagas até 31 de Dezembro, distinguindo-se os processados dos não processados, nos termos da Lei Complementar nº 101/2000 e da Instrução Normativa nº 15/2015, do Tribunal de Contas do Estado, tem-se, como regra, a necessidade de recursos financeiros para honrar estes compromissos, observando que os recursos legalmente vinculados à finalidade específica serão destinados somente para seu objeto de vinculação. O estoque de restos a pagar em 31/12/2015 somou R\$ 1.033.684,15, inscritos com a necessária disponibilidade financeira para a sua cobertura.

Quadro Sintético da Dívida Flutuante				
Descrição	Saldo do Exercício Anterior	Inscrições no Exercício	Baixas no Exercício	Saldo para o Exercício Seguinte
Restos a Pagar Processados	211.767,03	59.559,83	211.767,03	59.559,83
Restos a Pagar Não Processados	440.439,91	974.124,32	440.439,91	974.124,32
Totais	652.206,94	1.033.684,15	652.206,94	1.033.684,15

Nota 13 – Patrimônio: compreende o valor residual dos ativos depois de deduzidos todos os passivos. Esse grupo é composto pelos saldos de Patrimônio Líquido, Resultados Acumulados de Exercícios Anteriores. Após apuração do resultado do exercício, que evidenciou um superávit de R\$ 1.672.321,17, o Patrimônio Líquido apresentou um acréscimo de 9,05% em relação ao ano de 2014.

Nota 14 – Ajustes de Exercício Anteriores: de acordo com o MCASP, os ajustes de exercícios anteriores são relacionados com registros decorrentes de efeitos da mudança de critério contábil, omissão de registro, ou retificação de erro imputável a determinado exercício anterior, e que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes. Nesta rubrica encontra-se registrado o saldo credor de R\$ 28.945,61 resultante dos lançamentos listados abaixo:

a) foi registrado a crédito nesta rubrica o valor de R\$ 30.362,75, tendo como contrapartida a conta Bens de Uso Comum do Povo, ajuste relativo a Quadra Esportiva da Localidade de Formigueiro, não reconhecido em contas de resultado do exercício;

b) também foi registrado a débito o montante de R\$ 1.417,14, que se refere a Programa de Recuperação da Capacidade Produtiva do Solo de 2014.